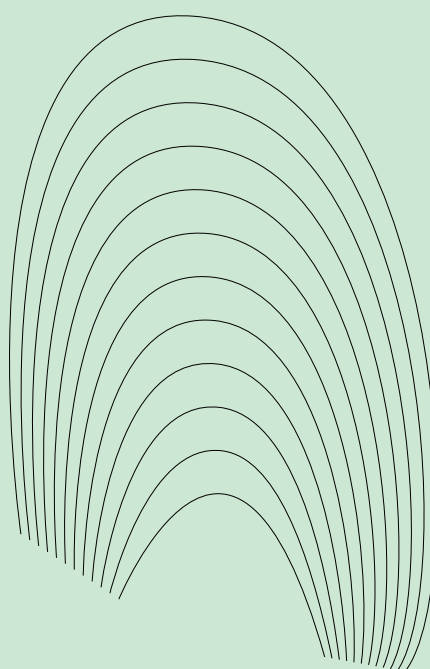




TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de
trabalho metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 5, Maio, 2011

(mudanças na composição de cor ou raça no Brasil de
acordo com os Censos de 2000 e 2010)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Rendimento habitual médio do trabalho principal
3. Evolução da taxa de desemprego
4. Evolução da distribuição da população preta & parda entre os anos de 2000 e 2010 segundo os Censos Demográficos do IBGE

1. Apresentação

Com o presente número, o **LAESER** dá continuidade ao boletim eletrônico “Tempo em Curso”, já em sua 19ª edição.

Os indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo LAESER no banco de dados “Tempo em Curso”.

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Como de hábito, inicialmente serão analisados os dados de evolução do rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido e da taxa de desemprego. Para ambos os indicadores, a análise verterá, inicialmente, sobre um intervalo de tempo de curto prazo (março de 2010 a março de 2011). Posteriormente, será realizada uma comparação para um intervalo de tempo mais longo, compreendido entre março de 2003 e março de 2011.

Na segunda parte desta edição do “Tempo em Curso”, serão comentados os dados preliminares recém-divulgados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, sobre a distribuição da população residente no Brasil de acordo com os grupos de cor ou raça. Neste momento, também será feita uma comparação com os mesmos indicadores do Censo brasileiro de 2000. A análise se deterá ao estudo da presença relativa dos que se autodeclararam brancos, pretos e pardos na população residente no Brasil.

2. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabelas 1 e 2)

No mês de março de 2011, o rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA das seis maiores RMs

brasileiras foi de R\$ 1.557,02. Este valor correspondeu a uma pequena elevação de 0,5%, em relação aos rendimentos do mês anterior, e a um aumento mais expressivo, de 3,8%, no que diz respeito ao rendimento do mês de março de 2010.

Para o mesmo mês de março de 2011, a PEA branca metropolitana obteve um rendimento médio do trabalho de R\$ 2.000,68, experimentando um aumento de 1,2% em comparação com fevereiro do mesmo ano. Já relativamente ao mês de março do ano anterior, houve uma elevação real de 4,1% nos rendimentos deste grupo de cor ou raça.

O rendimento médio do trabalho da PEA preta & parda para o mês de março de 2011 foi igual a R\$ 1.042,23, significando uma redução de 1,6% quando comparado com o rendimento médio do mês anterior do mesmo ano. Entretanto, comparativamente com o mês de março de 2010, houve um aumento de 4,9% no rendimento médio dos trabalhadores deste grupo de cor ou raça.

Ao decompor o mesmo indicador pelos grupos de sexo, nota-se que, para o mês de março de 2011, o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino foi de R\$ 2.329,91, enquanto o rendimento do trabalho das mulheres do mesmo grupo de cor ou raça ficou em R\$ 1.613,18.

Quando comparados com o mês anterior do ano de 2011, esses valores representam um aumento nos rendimentos do trabalho da PEA branca para ambos os sexos, correspondendo essa elevação a 1,5%, no caso dos homens, e 0,9%, no caso das mulheres. Comparativamente a março de 2010, percebe-se um aumento mais acentuado nos rendimentos dos homens brancos do que nos das mulheres brancas, tendo ambos os grupos experimentado variações reais positivas, sendo as mesmas de 5,1%, para a PEA branca masculina, e de 2,5%, para a PEA branca feminina.

No mês de março de 2011, a PEA preta & parda masculina obteve rendimento médio do trabalho principal igual a R\$ 1.185,55, ao passo que a PEA preta & parda feminina possuiu rendimento médio de R\$ 863,07.

Comparando a remuneração habitual média da PEA preta & parda segundo os grupos de sexo entre os meses de fevereiro e março de 2011, observa-se que neste último mês ocorreu uma redução da remuneração em termos reais, tanto para os trabalhadores

Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 10 – mar / 11 (em R\$ - mar 11, INPC)

	2010										2011		
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Homens Brancos	2.216,42	2.218,25	2.173,70	2.142,47	2.229,36	2.302,27	2.318,34	2.305,12	2.235,74	2.265,25	2.294,48	2.295,14	2.329,91
Mulheres Brancas	1.573,80	1.575,59	1.539,57	1.560,77	1.580,77	1.562,78	1.607,59	1.639,08	1.646,66	1.585,94	1.599,16	1.598,67	1.613,18
Brancos	1.921,21	1.923,10	1.882,21	1.874,60	1.930,79	1.961,70	1.988,96	1.998,82	1.966,84	1.952,18	1.971,59	1.977,22	2.000,68
Homens Pretos & Pardos	1.127,74	1.127,97	1.138,66	1.152,90	1.158,87	1.179,62	1.196,55	1.204,36	1.217,96	1.211,69	1.208,50	1.206,23	1.185,55
Mulheres Pretas & Pardas	822,87	812,46	827,09	852,70	862,49	873,60	871,55	879,51	872,33	884,02	886,22	871,72	863,07
Pretos & Pardos	993,75	989,84	1.002,00	1.021,11	1.027,99	1.044,71	1.052,53	1.060,16	1.064,70	1.066,07	1.066,14	1.059,11	1.042,23
PEA Total	1.499,59	1.500,50	1.487,11	1.495,12	1.527,70	1.548,93	1.568,61	1.572,68	1.559,90	1.548,39	1.556,13	1.548,92	1.557,02

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

do sexo masculino (em 1,7%), como para as trabalhadoras do sexo feminino (em 1,0%). Não obstante, na comparação entre março de 2011 e março de 2010, a variação real do rendimento do trabalho é igual para dois grupos, representando um aumento de 4,9% no rendimento de ambos.

Vale salientar que a variação no rendimento médio entre os meses de fevereiro e março caminhou em direção contrária, tanto levando em consideração os grupos de cor ou raça, como levando em conta sua decomposição pelos gêneros. Assim, entre janeiro e março, o rendimento habitual médio dos trabalhadores brancos se elevou em 1,5%; o dos trabalhadores brancos do sexo masculino, em 1,5%; e o das trabalhadoras brancas, em 0,9%. Já no caso dos trabalhadores pretos & pardos, no mesmo período, o rendimento habitual médio do trabalho principal em termos reais, declinou em 2,2% para os trabalhadores de ambos os sexos; em 1,9%, para os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino; e em 2,6%, entre as trabalhadoras do sexo feminino, sendo este último grupo, comparativamente, o que mais teve perdas em termos de remuneração no período.

Talvez estes indicadores possam estar expressando uma tendência de aprofundamento das assimetrias de cor ou raça ao longo deste ano de 2011, num contexto de adoção de políticas macroeconômicas conservadoras por parte do Banco Central e Ministério da Fazenda (fundamentalmente através da elevação da taxa de juros, com a adoção de medidas de restrição ao crédito e controle do gasto público). Esta questão

será vista com maior detalhe na próxima edição do “Tempo em Curso”.

No terceiro mês de 2011, as assimetrias de cor ou raça de ambos os sexos entre os trabalhadores das seis maiores RMs foram de 92,0%, favoravelmente aos brancos. Com isso, pôde ser percebido um expressivo aumento das desigualdades dos rendimentos do trabalho em relação ao mês anterior: 5,3 pontos percentuais. Entretanto, houve uma queda de 1,4 pontos percentuais nas assimetrias de cor ou raça quando comparadas com as de março de 2010. De qualquer forma, coerentemente ao que foi comentado acima, chama a atenção o fato que as desigualdades entre os grupos de cor ou raça vêm se elevando desde o mês de dezembro de 2010.

Desagregando as informações acima pelos grupos de sexo, tem-se que, em março de 2011, os homens brancos obtiveram rendimentos habituais médios do trabalho principal 96,5% superior ao dos homens pretos & pardos. Este patamar de assimetria mostrou-se mais elevado do que o ocorrido entre as mulheres, para as quais desigualdade de cor ou raça para o indicador ficou em 86,9%, favoravelmente à PEA branca feminina comparativamente com a PEA preta & parada de mesmo sexo.

Em relação a fevereiro do mesmo ano, esses valores representaram uma elevação das assimetrias de cor ou raça em 6,3 pontos percentuais, dentro do grupo masculino, e em 3,5 pontos percentuais no interior do

grupo feminino, favoravelmente, em ambos os casos, à PEA branca.

Comparando-se o mês de março de 2011 com o mês de março de 2010, nota-se que a desigualdade entre os grupos de cor ou raça se manteve estável no que diz respeito à PEA masculina. Já para a PEA feminina, houve redução das assimetrias de cor ou raça em 4,3 pontos percentuais. Dentro daquele mesmo intervalo, na PEA de ambos os sexos, a diferença de cor ou raça declinou em 1,4 ponto percentual.

No mês de março de 2011, o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino apresentou-se 170,0% maior do que o das trabalhadoras pretas & pardas, ao passo que o rendimento médio das trabalhadoras brancas ficou 32,5% acima do rendimento dos trabalhadores pretos e pardos do sexo masculino. Também neste caso, nos últimos quatro meses, as assimetrias de cor ou raça se elevaram, revertendo o movimento anterior de queda das assimetrias.

Analisando o mês de março em uma série que toma como ponto de partida o ano de 2003, percebe-se que o rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA metropolitana, até o ano de 2011, evoluiu positivamente em 19,2%.

O indicador também apresentou evolução positiva para ambos os grupos de cor ou raça. Neste caso, a elevação no rendimento médio mostrou-se mais expressiva para a PEA preta & parda (32,2%) do que para a PEA branca (21,3%). Desta forma, a assimetria de cor ou raça relativa ao rendimento do trabalho principal declinou em 17,3 pontos percentuais no período.

Na desagregação dos dados pelos grupos de sexo, evidencia-se que, entre os anos 2003 e 2011, houve uma evolução positiva no rendimento da PEA masculina branca de 22,5%, ao passo que a PEA masculina preta & parda experimentou um crescimento para os rendimentos do trabalho expressivamente maior, de 33,0%. Assim, no período considerado, as assimetrias de cor ou raça entre a PEA masculina branca e preta & parda declinaram em 16,8 pontos percentuais.

No caso da PEA de sexo feminino, no período considerado, houve uma evolução positiva no rendimento das trabalhadoras brancas de 23,3%, ao passo que a elevação dos rendimentos das trabalhadoras pretas & pardas foi de 33,6%, levando a uma redução das assimetrias de cor ou raça neste grupo em 15,7 pontos percentuais.

3. Evolução da taxa de desemprego (tabelas 3 e 4)

A taxa de desemprego aberto da PEA das seis maiores RMs para o mês de março de 2011 foi igual a 6,5%. Este dado representa um ligeiro aumento de 0,1 ponto percentual no indicador se comparado com o mês imediatamente anterior do mesmo ano. Apesar de apresentar uma queda de 1,1 ponto percentual, comparativamente com o mesmo indicador de março de 2010, verifica-se que este é o maior patamar alcançado pela taxa de desemprego desde agosto de 2010. Na verdade, desde o princípio do ano de 2011, este indicador vem se elevando ininterruptamente.

Para a PEA de cor ou raça branca, a taxa de desemprego referente ao mês de março de 2011 foi de 5,5%. O mes-

Tabela 2. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 03 – mar / 11 (em R\$ - mar / 11, INPC)

	Março								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens Brancos	1.902,28	1.824,04	1.902,12	1.918,76	2.049,39	2.054,24	2.179,04	2.216,42	2.329,91
Mulheres Brancas	1.308,56	1.319,36	1.304,22	1.346,13	1.436,08	1.433,27	1.518,47	1.573,80	1.613,18
Brancos	1.649,23	1.601,92	1.634,84	1.666,53	1.776,01	1.778,05	1.884,08	1.921,21	2.000,68
Homens Pretos & Pardos	891,67	883,77	865,01	959,92	980,02	1.042,55	1.082,02	1.127,74	1.185,55
Mulheres Pretas & Pardas	645,98	635,09	645,00	660,64	691,19	761,38	801,05	822,87	863,07
Pretos & Pardos	788,11	780,90	773,99	833,04	854,92	921,16	960,84	993,75	1.042,23
PEA Total	1.306,44	1.277,56	1.279,51	1.314,53	1.380,49	1.407,69	1.477,93	1.499,59	1.557,02

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Nota 2: Os dados dos anos 2006 e 2007 diferem levemente dos apresentados no portal do IBGE e poderão sofrer uma correção

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 3. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 10 – mar / 11 (em % da PEA)

	2010										2011		
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Homens Brancos	5,1	5,1	4,7	4,5	4,3	4,4	4,0	4,1	3,8	3,5	4,4	4,6	4,4
Mulheres Brancas	8,0	7,4	7,4	7,2	7,1	6,8	6,5	6,4	5,8	5,5	5,9	6,4	6,8
Brancos	6,5	6,2	6,0	5,8	5,6	5,6	5,2	5,2	4,7	4,4	5,1	5,4	5,5
Homens Pretos & Pardos	6,7	6,6	6,6	6,2	6,6	6,0	5,6	5,3	4,9	4,7	5,2	5,7	5,7
Mulheres Pretas & Pardas	11,5	11,0	12,4	11,3	10,9	10,7	9,7	9,4	9,3	8,2	9,4	9,5	9,8
Pretos & Pardos	8,9	8,6	9,2	8,5	8,5	8,1	7,5	7,1	6,9	6,3	7,1	7,4	7,6
PEA Total	7,6	7,3	7,5	7,0	6,9	6,7	6,2	6,1	5,7	5,3	6,1	6,4	6,5

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

mo indicador para a PEA preta & parda foi de 7,6%. Quando comparados com o mesmo indicador de fevereiro de 2011, estes percentuais representaram um ligeiro aumento da taxa para os dois grupos de cor ou raça, tendo variado para mais, em 0,1 ponto percentual, no caso da PEA branca; e, em 0,2 ponto percentual, para a PEA preta & parda. Na comparação com o mês de março do ano de 2010, um ano depois houve queda na taxa de desemprego tanto da PEA branca quanto da PEA preta & parda em, respectivamente, 0,9 e 1,3 pontos percentuais.

Desagregando a população pelos grupos de sexo, observa-se que para os trabalhadores brancos do sexo masculino, a taxa de desemprego aberta do mês de março de 2011 foi igual a 5,7%. Desta forma, houve queda de 0,2 pontos percentuais no indicador em relação a fevereiro do mesmo ano. Cabe ressaltar que este grupo específico, trabalhadores brancos do sexo masculino, foi o único dentre todos os outros contingentes de cor ou raça e sexo que experimentou queda na taxa de desemprego no mês de março de 2011. Em relação a março de 2010, também houve declínio da taxa de desemprego para os homens deste grupo de cor ou raça em 0,7 pontos percentuais.

No caso dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, a taxa de desemprego de março de 2011 se manteve estável em 5,7%, o mesmo percentual de fevereiro do mesmo ano. Contudo, comparativamente ao mês de março de 2010, o indicador deste contingente declinou em 1,0 ponto percentual.

Na análise do contingente feminino da PEA, percebe-se que a taxa de desemprego aberto de março de 2011 para o grupo das trabalhadoras brancas foi de 6,8%, 0,2 pontos percentual acima da mesma taxa para o mês de fevereiro do mesmo ano. No entanto, na comparação com março de 2010, a taxa de desemprego deste grupo de cor ou raça e sexo apresentou queda de 1,2 ponto percentual.

A taxa de desemprego das trabalhadoras pretas & pardas chegou, em março de 2011, a 9,8%. Na comparação com o mês imediatamente anterior, este indicador aumentou em 0,3 ponto percentual. Relativamente ao mês de março de 2010, entretanto, houve queda no indicador da magnitude de 1,8 pontos percentuais.

Tabela 4. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, mar / 03 – mar / 11 (em % da PEA)

	Março								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens Brancos	8,28	8,79	6,72	7,38	6,83	5,61	6,63	5,06	4,39
Mulheres Brancas	13,42	13,77	11,20	10,65	10,50	10,03	9,96	8,03	6,80
Brancos	10,56	11,06	8,79	8,86	8,52	7,64	8,18	6,45	5,52
Homens Pretos & Pardos	12,04	12,03	10,63	10,04	10,10	7,72	8,09	6,70	5,72
Mulheres Pretas & Pardas	17,35	19,63	17,38	15,41	14,74	12,42	12,64	11,55	9,78
Pretos & Pardos	14,37	15,36	13,57	12,41	12,18	9,82	10,12	8,90	7,58
PEA Total	12,13	12,81	10,86	10,40	10,14	8,59	9,04	7,60	6,46

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Conforme visto, na comparação mensal, a taxa de desemprego para o mês de março de 2011 aumentou não apenas para a PEA no seu conjunto, mas para todos os grupos de sexo e de cor ou raça analisados, com exceção dos homens brancos. Todavia, ao observar a série anual das taxas de desemprego para o mês de março desde 2003, percebe-se que o indicador do ano de 2011 foi o menor dentre todos os outros estudados, tanto para a PEA total como um todo, quanto para todos os grupos de cor ou raça e sexo. No caso da PEA total, em março de 2011, a taxa de desemprego se situou 5,7 pontos percentuais abaixo do mesmo indicador para o mesmo mês no ano de 2003.

Na comparação entre os meses de março de 2003 e de 2011, a taxa de desemprego da PEA branca caiu em 5,0 pontos percentuais. Na PEA preta & parda, o mesmo indicador também obteve redução, porém, mais expressiva: em 6,8 pontos percentuais.

Naquele mesmo intervalo de oito anos, a PEA masculina branca obteve queda na taxa de desemprego de 3,9 pontos percentuais. O mesmo indicador caiu de forma ainda mais expressiva para a PEA masculina preta & parda: 6,3 pontos percentuais.

No caso da PEA feminina, entre março de 2003 e março de 2011, houve redução da taxa de desemprego das trabalhadoras brancas em 6,6 pontos percentuais. No grupo das trabalhadoras pretas & pardas, a queda na taxa de desemprego foi de 7,8 pontos percentuais, sendo o grupo de cor ou raça e sexo onde este indicador, comparativamente, declinou de maneira mais acentuada.

4. Evolução da distribuição da população preta & parda entre os anos de 2000 e 2010 segundo os Censos Demográficos do IBGE (tabela 5)

O Censo Demográfico é formado por dois questionários, o básico e o da amostra.

O questionário básico, aplicado em todas as unidades domiciliares, contém a investigação das características básicas do domicílio e dos moradores. Já o questionário da amostra, além da investigação contida no questionário básico, abrange outras características do domicílio e informações socioeconômicas e demográficas dos seus moradores.

No ano de 2010, pela primeira vez desde 1950, a pergunta sobre a cor ou raça dos moradores não foi incluída apenas na amostra da pesquisa, mas fez parte do questionário básico do Censo. Então, neste caso, toda a população residente no Brasil, entrevistada na pesquisa censitária, autodeclarou sua cor ou raça. A importância deste tipo de levantamento é que, com o mesmo, se pode aferir o grau de precisão das estatísticas amostrais – como a PME, por exemplo – no que tange aos resultados obtidos com esta variável.

Do mesmo modo, considerando que, em um período recente, nas pesquisas amostrais, já vinha ocorrendo uma elevação no percentual dos que se autodeclaravam de outra cor ou raça que não a branca (a ponto deste grupo ter deixado de ser maioria da população desde o ano de 2007, ao menos quando investigada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE), os resultados do Censo estavam sendo aguardados com alguma expectativa, justamente tendo em vista se haveria uma confirmação ou não do comportamento daqueles indicadores.

A seguir, será comparada a distribuição de cor ou raça da população residente no território brasileiro nos anos de 2000 e de 2010. Será investigada a evolução da população que se autodeclarou branca, preta e parda nos dois levantamentos censitários, desagregando por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

No ano de 2010, de acordo com os dados preliminares divulgados pelo IBGE, residiam no Brasil 190,8 milhões de pessoas. Destas, 96,8 milhões se autodeclararam pretas & pardas (sendo os pretos 14,5 milhões e os pardos 82,3 milhões) e 91,1 milhões se autodeclararam brancas.

Assim, a população residente no Brasil que se autodeclarou branca na última pesquisa censitária representava 47,7% do total, enquanto a população autodeclarada preta & parda respondia por 50,7% dos residentes. A população que se autodeclarou preta alcançava 7,6% da população total, ao passo que os que se autodeclararam pardos respondiam por 43,1% dos moradores residentes no Brasil. Os amarelos responderam por 1,1%, e os indígenas, por 0,4%.

Desta forma, o Censo Demográfico de 2010, no qual é importante lembrar houve a inserção da pergunta sobre a cor ou raça dos moradores no universo da pesquisa, confirmou o retrato registrado nos últimos levantamentos da PNAD, realizados em 2008 e 2009,

segundo os quais a população autodeclarada preta & parda corresponderia a mais da metade do total populacional residente no Brasil.

Comparativamente ao ano de 2000, a população autodeclarada preta & parda aumentou em 6 pontos percentuais, passando de 44,7% do total de residentes para 50,7%. Desagregando entre pretos & pardos, a população que se autodeclarou preta aumentou em 1,4 ponto percentual, e os autodeclarados pardos se elevaram em 4,6 pontos percentuais. No caso da população residente que se autodeclarava branca ocorreu um movimento inverso. Em 2000, este grupo de cor ou raça representava 53,7% da população total, e ao lon-

go dos últimos 10 anos a participação relativa da população branca se reduziu em 6,0 pontos percentuais.

Desagregando o mesmo indicador pelas cinco grandes regiões geográficas brasileiras, observa-se que, em 2010, nas regiões centro-setentrionais a população que se autodeclarava preta & parda alcançava mais da metade do total populacional, ao passo que nas regiões meridionais os que se autodeclaravam brancos seguiam sendo a maioria.

Assim, naquele ano, o percentual da população que se autodeclarou preta & parda foi de 73,5% no Norte; 69,0% no Nordeste; 55,8% no Centro-Oeste; 43,6% no

Tabela 5. Distribuição da população residente de acordo com os grupos de cor ou raça, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2000 e 2010 (em % da população)

	2000				2010			
	Branca	Preta	Parda	Preta & Parda	Branca	Preta	Parda	Preta & Parda
Brasil	53,7	6,2	38,5	44,7	47,7	7,6	43,1	50,7
Norte	28,0	5,0	64,0	68,9	23,4	6,6	66,9	73,5
Rondônia	42,6	4,6	50,6	55,2	35,3	6,9	55,6	62,5
Acre	30,2	5,0	62,2	67,2	23,9	5,8	66,3	72,1
Amazonas	24,2	3,1	66,9	70,0	21,2	4,1	68,9	73,0
Roraima	24,8	4,2	61,6	65,8	20,9	5,9	61,2	67,1
Pará	26,1	5,5	66,4	71,9	21,8	7,2	69,5	76,8
Amapá	26,6	5,4	65,7	71,1	24,0	8,7	65,2	73,9
Tocantins	30,6	7,1	60,6	67,7	25,0	9,1	63,1	72,2
Nordeste	32,9	7,7	58,0	65,7	29,4	9,5	59,4	69,0
Maranhão	26,7	9,6	62,3	71,9	22,1	9,7	66,5	76,2
Piauí	26,5	7,8	64,6	72,3	24,4	9,4	64,0	73,4
Ceará	37,3	4,1	57,5	61,6	32,0	4,6	61,9	66,5
Rio Grande do Norte	42,2	4,6	52,4	56,9	41,1	5,2	52,5	57,7
Paraíba	42,6	4,0	52,3	56,3	39,8	5,7	52,7	58,4
Pernambuco	40,8	4,9	52,9	57,8	36,7	6,5	55,3	61,8
Alagoas	34,1	5,0	59,5	64,5	31,6	6,6	60,2	66,8
Sergipe	31,5	6,2	60,8	67,1	28,2	8,9	61,4	70,3
Bahia	25,2	13,0	60,1	73,2	22,2	17,1	59,2	76,3
Sudeste	62,4	6,6	29,5	36,1	55,2	7,9	35,7	43,6
Minas Gerais	53,6	7,8	37,6	45,4	45,4	9,2	44,3	53,5
Espírito Santo	48,8	6,5	43,7	50,2	42,2	8,3	48,6	57,0
Rio de Janeiro	54,7	10,6	33,5	44,1	47,4	12,4	39,3	51,7
São Paulo	70,7	4,4	22,8	27,2	63,9	5,5	29,1	34,6
Sul	83,6	3,7	11,5	15,2	78,5	4,1	16,5	20,6
Paraná	77,2	2,8	18,3	21,1	70,3	3,2	25,1	28,3
Santa Catarina	89,3	2,7	7,0	9,7	84,0	2,9	12,4	15,4
Rio Grande do Sul	86,6	5,2	7,5	12,7	83,2	5,6	10,6	16,1
Centro-Oeste	49,7	4,6	43,7	48,3	41,8	6,7	49,1	55,8
Mato Grosso do Sul	54,7	3,4	38,0	41,4	47,3	4,9	43,6	48,5
Mato Grosso	44,1	5,6	47,9	53,6	37,5	7,6	52,4	60,0
Goiás	50,7	4,5	43,5	48,0	41,7	6,5	50,0	56,5
Distrito Federal	49,2	4,8	44,8	49,6	42,2	7,7	48,2	55,9

Fonte: IBGE, microdados Censo demográfico. Tabulação LAESER (Censo 2000) e IBGE (Censo 2010)

Sudeste e 20,6% no Sul. Já a população que se autodeclarava branca era, em percentual sobre a população total, igual a 78,5% no Sul; 55,2% no Sudeste; 41,8% no Centro-Oeste; 29,4% no Nordeste e 23,4% no Norte.

Ao se analisar o peso dos grupos pretos e pardos separadamente, verifica-se que a população autodeclarada preta no censo demográfico de 2010 correspondeu a 9,5% do total no Nordeste; 7,9% na região Sudeste; 6,7% no Centro-Oeste; 6,6% na região Norte e 4,1% no Sul. Já o percentual de moradores autodeclarados pardos foi igual a 66,9% no Norte; 59,4% no Nordeste; 49,1% na região Centro-Oeste; 35,7% na região Sudeste e 16,5% no Sul.

Na comparação entre 2000 e 2010, em todas as grandes regiões se elevou a proporção de moradores que se autodeclararam pretos & pardos no questionário censitário; em ordem decrescente, a elevação em pontos percentuais foi de 7,5 nas regiões Sudeste e Centro-Oeste; de 5,3 na região Sul; de 4,6 na região Norte e de 3,3 na região Nordeste.

No caso da população autodeclarada preta foram registrados aumentos, entre 2000 e 2010, em todas as cinco grandes regiões; sendo, em pontos percentuais, igual a 2,1 no Centro-Oeste; 1,8, no Nordeste; 1,7, no Norte; 1,3, no Sudeste; e 0,3, no Sul. O percentual de pessoas que se autodeclararam pardas se elevou também no período considerado em todas as macrorregiões brasileiras. O aumento mais expressivo foi registrado no Sudeste (6,2 pontos percentuais), seguido pela região Centro-Oeste (5,4 pontos percentuais), Sul (5,0 pontos percentuais), Norte (2,9 pontos percentuais) e Nordeste (1,4 pontos percentuais).

Já a população que se autodeclarava branca sofreu redução relativa, na última década, em todas as cinco Grandes Regiões: 7,9 pontos percentuais, no Centro-Oeste; 7,2 pontos percentuais, no Sudeste; 5,1 pontos percentuais, no Sul; 4,6 pontos percentuais, no Norte; e 3,5 pontos percentuais, no Nordeste.

No ano de 2010, em 22 das 27 unidades da Federação a população preta & parda era igual ou superior à metade do contingente populacional total. Ou seja, os pretos & pardos formaram o contingente majoritário na maioria dos estados brasileiros com exceção de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. No ano de 2000, as Unidades da Federação nas quais os que se autodeclaravam pretos & pardos formavam a maioria eram dezoito (em todos

os estados das regiões Norte e Nordeste, no Espírito Santo e no Mato Grosso).

Entre o ano de 2000 e de 2010, a população preta & parda apresentou elevação em todas as unidades da Federação. Os aumentos mais significativos foram registrados, em pontos percentuais, no estado de Goiás (8,5), de Minas Gerais (8,1), do Rio de Janeiro (7,6), de São Paulo (7,4), e de Rondônia (7,3).

Desagregando entre os que se autodeclararam pretos ou pardos, verifica-se que a população que se autodeclarou preta apresentou crescimento em todas as Unidades da Federação, chegando a representar, em 2010, 17,1% do total populacional no estado da Bahia, e 12,4% do total no estado do Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2010, os aumentos mais significativos, medidos em pontos percentuais, dos que se autodeclararam pretos foram registrados na Bahia (4,1), Amapá (3,4), Distrito Federal (2,9), Sergipe (2,7) e Rondônia (2,3).

No que tange à população autodeclarada parda, observa-se uma redução deste contingente, entre 2000 e 2010, na Bahia (1,0 ponto percentual); Piauí (0,6 ponto percentual); Amapá (0,5 ponto percentual) e Roraima (0,3 ponto percentual). Nas outras unidades da Federação foi registrada uma elevação dos que declararam pertencer a este grupo. Medindo em pontos percentuais, as maiores elevações se deram nos estados do Paraná (6,8); Minas Gerais (6,7); Goiás (6,5); São Paulo (6,3); Rio de Janeiro (5,8) e Santa Catarina (5,4).

Já no levantamento censitário de 2010, em comparação com o censo de 2000, houve uma redução na proporção de pessoas que se autodeclararam brancas em todas as unidades da Federação. A queda mais expressiva foi registrada, em pontos percentuais, em Goiás (9,1); seguido por Minas Gerais (8,2); Mato Grosso do Sul (7,4); Rondônia (7,3) e Rio de Janeiro (7,3).

Estes indicadores obtidos nas tabulações preliminares do Censo Demográfico brasileiro de 2010, portanto, confirmaram o que vinha sendo produzido pelas pesquisas amostrais - especialmente a PNAD e a PME - que coletam a informação sobre a distribuição da população residente no Brasil segundo os grupos de cor ou raça. Por outro lado, este movimento parece dialogar com os processos de revisão política e ideológica dos marcos tradicionalmente assumidos pelos padrões de relacionamentos raciais no Brasil, seja mediante o começo da adoção das políticas de ações afirmativas

em prol dos afrodescendentes, seja com a valorização da imagem e da cultura negra em diversos espaços da vida social e cultural do país.

Seja como for, os recentes dados provenientes do Censo brasileiro de 2010 sugerem ter havido em um perío-

do recente uma combinação virtuosa entre a geração de políticas públicas de igualdade racial, o reforço das identidades positivas dos indivíduos pertencentes aos grupos historicamente discriminados e a produção e análise das estatísticas sociais desagregadas pelos grupos de cor ou raça.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão, Irene Rossetto Giaccherino
e Elisa Monçores

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Elisa Monçores

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião
Irene Rossetto Giaccherino
Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azoilda Loretto
Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)
Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)
Elisa Monçores (Fundação Ford)
Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)
João Vítor Guimarães Costa (Fundação Ford)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION